

RETORNO À VISÃO GLOBAL DE PERROUX E PREBISCH¹

| *Celso Furtado*

A visão do mundo que prevalece em nossa época é dominada pela ideia de desenvolvimento. O homem é visto como um fator de transformação do mundo mediante a realização de suas potencialidades e virtualidades. Tem-se por evidente que o homem não está em equilíbrio com o meio: precisa transformá-lo para se realizar individual e coletivamente.

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem numa sociedade, o processo de mudança social a que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Simplesmente para reproduzir as estruturas tradicionais, as sociedades precisam de meios de defesa e adaptação cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões diante da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional – consequência do intercâmbio com outros grupos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos – abre aos membros de uma sociedade todo um horizonte de opções: aqui já não se trata de reproduzir o que existe, mas de ampliar

o campo do que é imediatamente possível, esse espaço intermediário entre o ser e o nada a que se referia Leibniz, dentro do qual se concretizam as potencialidades humanas.

O novo excedente representou, portanto, um desafio à inventividade. Visto de um ângulo de observação distinto, não podemos deixar de notar que, se os grupos humanos se empenharam por toda parte para ter acesso a um novo excedente, foi porque a vida social gera uma energia potencial cuja liberação requer meios adicionais. Em sua dupla dimensão de força geradora de novos excedentes e de impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento.

A maravilhosa gama de culturas que já surgiram na Terra testemunha o fabuloso potencial de inventividade do homem. Se algo sabemos do processo de criatividade cultural, é exatamente que as potencialidades do homem são insondáveis; em níveis de

acumulação que hoje nos parecem extremamente baixos, produziram-se civilizações que, em muitos aspectos, não foram superadas. Também sabemos que essa criatividade faz-se dentro de um espaço descontínuo que se amplia abruptamente e que tende a se saturar. Tudo se passa como se determinada mensagem inicial – autêntica mutação – contivesse um programa pelo qual se pautará o comportamento futuro do processo criativo. Que em menos de um século a tragédia ática haja surgido e evoluído até alcançar sua expressão definitiva e jamais superada – como observa esse tradutor apaixonado de Sófocles que foi Hegel – é uma indicação de que certa cultura pode atravessar períodos de frenética criatividade. O teatro, ao permitir aos gregos aprofundar sua identidade cultural, penetrar nas raízes míticas do subconsciente coletivo, enriqueceu-lhes a vida no nível da visão de mundo e do conhecimento. Heródoto, que ganhava o pão de cada dia recitando em praça pública capítulos da história das guerras médicas, constitui exemplo maravilhoso da emergência da consciência crítica numa cultura.

Se pouco sabemos das leis da criatividade cultural, é ampla a evidência de que o campo do possível no que respeita essa criatividade é mais vasto do que somos inclinados a pensar sob a influência de tradições religiosas e filosóficas. Uma comparação, mesmo superficial, da filosofia grega, de tão profunda influência na formação do homem moderno – filosofia essencialmente voltada para a observação do mundo sensível –, com a filosofia hindu, orientada para a experiência subjetiva, para os conflitos morais inerentes à condição humana, é suficiente para dar uma ideia da amplidão do horizonte em que se move a inventividade humana. Contudo, esse movimento não é errático: o essencial da atividade criadora evolui no âmbito de um espaço estruturado. A sociedade primeiramente se reproduz, e, ao fazê-lo, imprime uma coerência diacrônica à cultura. A dialética da inovação encontra aí limites dos quais só se libera quando se produzem verdadeiras descontinuidades.

Na cultura surgida da revolução burguesa, a racionalidade é um desses moldes ou estruturas implícitas que ordenam e submetem a criatividade. Max Weber nos advertiu para a importante linha demarcatória que diferencia, nessa cultura, a

racionalidade com respeito aos meios da atividade social daquela que concerne aos fins da ação humana. Essa bifurcação – cujo dualismo cartesiano é uma das primeiras e mais claras manifestações – muito provavelmente tem suas origens na coexistência de dois sistemas de cultura – o feudal e o burguês – no processo

As razões pelas quais uma sociedade favorece, neste ou naquele momento de sua história, a criação de técnicas e não de valores substantivos permanece um campo inexplorado da teoria do desenvolvimento.

1. Este texto foi escrito por Celso Furtado, diretamente em francês, em 1994, para a VI Conferência François Perroux. Essas conferências foram uma iniciativa do economista e ex primeiro-ministro da França Raymond Barre, que, junto com o economista Gérard Destanne de Bernis, fora designado testamentário de François Perroux. Anualmente, um grande economista de renome internacional era convidado a falar no prestigioso Collège de France, em Paris. Celso Furtado proferiu sua conferência no dia 15 de junho de 1994. [Rosa Freire d'Aguilar]

formativo da civilização europeia moderna. Graças a ela, as energias criadoras puderam ser progressivamente canalizadas e postas a serviço do desenvolvimento das forças produtivas. Pode-se ler a história da civilização industrial como uma crônica do progresso da técnica, ou seja, da subordinação progressiva de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental.

Assim, a pesquisa científica foi progressivamente posta a serviço da invenção técnica, que, de seu lado, está a serviço da busca de maior eficiência do trabalho humano e da diversificação dos padrões de consumo. Ora, por muito tempo essa pesquisa consistiu sobretudo numa aventura superior do espírito – expressão desse “espírito absoluto” que, para Hegel, manifestava-se na forma de experiências artísticas, religiosas e filosóficas –, resposta ao anseio do homem de melhor compreender e conhecer o mundo sensível e a si mesmo. Como o conhecimento do mundo sensível é a condição *sine qua non* para que o homem transforme o mundo, isto é, para que prossiga com o processo de acumulação, é normal que a ciência haja ascendido a posição eminente na cultura surgida da Revolução Industrial. Mas, na medida em que ela se transforma em atividade ancilar da técnica, reduz-se o seu escopo como experiência fundamental humana. Algo similar ocorre quando a criação artística é posta a serviço do processo de diversificação do consumo.

Os impulsos essenciais do homem, gerados pela necessidade de autoidentificar-se e situar-se no universo – impulsos que são a matriz da atividade criativa, como a reflexão filosófica, a meditação mística, a invenção artística e a pesquisa científica básica –, foram de uma forma ou de outra subordinados ao processo de transformação do mundo físico exigido pela acumulação. Os vínculos da criatividade com a vida humana, concebida como um fim em si, atrofiaram-se, enquanto se hipertrofiaram suas ligações com os instrumentos que o homem utiliza para transformar o mundo.

Da reflexão sobre essa temática decorre uma antropologia filosófica, isto é, uma teoria geral do homem, que nunca foi explicitada. É à pobreza dessa teoria que se deve atribuir o frequente deslocamento ao reducionismo econômico e sociológico. Posto que o desenvolvimento fundamenta-se na concretização das potencialidades humanas, é natural conferir a essa ideia um sentido positivo. As sociedades seriam desenvolvidas na medida em que nelas o homem consegue satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. Portanto, o estudo do desenvolvimento tem como tema central a invenção cultural, em particular a morfogênese social, se bem que até o presente essa temática tenha permanecido praticamente inexplorada. Por que uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora? Esta

é uma coisa que nos escapa. Menos ainda sabemos por que a criatividade se orienta numa direção precisa.

As razões pelas quais uma sociedade favorece, neste ou naquele momento de sua história, a criação de técnicas e não de valores substantivos permanece um campo inexplorado da teoria do desenvolvimento. Menos conhecidas ainda são as razões que orientam a criação de valores nos planos estético, religioso, político ou no do saber puro. Sem dúvida, a inovação, que assume a forma de progresso técnico, tem um poder de difusão muito mais importante do que a criação dos valores substantivos. As técnicas têm mais vocação à universalidade que os valores. Ora, na civilização industrial a capacidade inventiva do homem foi orientada de preferência para a criação técnica, o que explica a formidável força expansiva que singulariza nossa civilização. É a esse quadro histórico que se deve atribuir o fato de que a visão do desenvolvimento em nossa época tenha se circunscrito à lógica dos meios, e até mesmo à ideia de produtividade. A teoria do desenvolvimento tendeu, por conseguinte, a se confundir com a explicação do comportamento do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial. Os valores substantivos são implicitamente considerados como transcendentais à sociedade, como simples epifenômenos.

A rigor, só se pode falar de desenvolvimento quando o homem dedica seu potencial criativo à descoberta de si mesmo, enriquecendo seu universo de valores. O desenvolvimento só é real quando a acumulação material conduz à criação dos valores adotados por importantes segmentos da coletividade.

Foi essa visão do desenvolvimento que guiou a obra teórica de certos autores como François Perroux e Raúl Prebisch, a partir dos ensinamentos de Keynes e Schumpeter.

Ao pôr no primeiro plano a visão sistêmica das decisões econômicas, cuja disposição insuficiente seria a causa primária do subemprego dos fatores, intermitente ou crônico, lord Keynes restabelecera a primazia do político sobre o econômico.

Dessa visão macrossocial emergiu uma teoria das decisões que deveria valorizar consideravelmente o papel dos centros de poder. Se a luta contra o subemprego exigia, nos países industrializados, uma ação diretiva do Estado sobre o conjunto do sistema econômico, que dizer das modificações estruturais sem as quais seria difícil escapar aos obstáculos do subdesenvolvimento?

A obra de François Perroux foi de importância considerável na formação de um pensamento ligado a uma problemática que permitia conceitualizar o

subdesenvolvimento. Perroux havia trabalhado desde os anos 1940 na elaboração de uma teoria capaz de explicar as realidades de um mundo que se globalizava: ele tentou construir uma nova coerência teórica que assumia a desigualdade dos agentes, suas estratégias e o espaço geográfico, sublinhando porém a força organizadora do efeito de dominação. Certo, Schumpeter dera ênfase ao efeito de inovação, mas o circunscreveu a um quadro de referência estritamente econômico. Perroux conceitualizou o efeito mais completo de dominação, que excede necessariamente o econômico, e, além disso, estabeleceu uma relação entre as estruturas sociais e a organização do espaço. Observando desse ângulo as decisões dos diversos agentes sociais, ele pôs em destaque os fenômenos de macrodecisões, às quais atribuiu um papel preponderante na constituição da realidade econômica.

A macrodecisão tem sua origem seja no Estado, seja em outra entidade dominante, e baseia-se em uma antecipação sistêmica, isto é, numa avaliação prévia das relações e no emprego da restrição para tornar compatíveis os comportamentos discordantes dos diversos agentes.

Embora o eixo central de seu pensamento haja se orientado para o conceito de polo de crescimento – o qual inclui três elementos essenciais: a indústria-chave, a organização imperfeita dos mercados e as economias externas especiais –, François Perroux, tendo unido estreitamente o desenvolvimento à ideia de poder, conferiu a sua obra um alcance considerável, que continua a crescer.

Essa ideia permitiu ver com mais clareza o fato de que as atividades dos empresários são, na essência, formas de dominação social, sendo a inovação técnica um dos focos geradores de poder de importância maior na sociedade capitalista. Ademais, esse poder é o principal vetor da integração transnacional das atividades econômicas e está na origem das assimetrias que engendram o subdesenvolvimento.

As ideias de François Perroux influenciaram muito a pesquisa em ciências sociais na América Latina pelo fato de que completavam a visão de “centro-periferia” de Raúl Prebisch. Nenhuma ideia teve tanto significado para a percepção do problema do subdesenvolvimento como a de estrutura centro-periferia. A preocupação inicial foi de fato a de propagação internacional do ciclo de negócios, isto é, a diversidade de comportamento das economias exportadoras de produtos primários frente às economias exportadoras de produtos industriais. Essa ideia unia uma visão global do sistema capitalista à percepção da heterogeneidade deste, cuja formação histórica deve ser atentamente observada se se quer apreender a especificidade do subdesenvolvimento.

O aprofundamento dessas ideias pelo grupo de economistas conhecido posteriormente como escola estruturalista latino-americana deu origem à corrente de pensamento cuja influência foi das maiores e mais permanentes no estudo do subdesenvolvimento.

O ponto de partida de Prebisch foi a crítica ao sistema de divisão internacional do trabalho, chamando a atenção para as implicações do caráter estático da teoria do comércio internacional, baseada no princípio das vantagens comparativas, e cuja validade permanecia indiscutida no mundo acadêmico. De acordo com um dos corolários dessa teoria, o comércio internacional não é somente um “motor de crescimento” – ele permite a todos os países participantes usar mais racionalmente seus próprios recursos –, mas seria igualmente um fator de redução das disparidades dos níveis de renda entre países. Ora, os dados empíricos sobre o comportamento a longo prazo dos preços relativos nos mercados internacionais estavam longe de confirmar as previsões que se podiam deduzir dessa hipótese. Se havia uma evidência qualquer, ia em sentido contrário, isto é, no sentido da concentração da renda gerada pelo intercâmbio internacional, em benefício dos países com nível de produtividade e salários reais mais altos. Prebisch deslocou a discussão do nível abstrato dos teoremas das vantagens comparativas para o da observação das estruturas sociais dentro das quais se formam os custos e se apropria o excedente.

A rigidez com relação à baixa dos custos, nas economias industrializadas, já havia sido assinalada por Keynes, que a atribuiu à dificuldade de comprimir o componente salarial monetário ali onde as organizações sindicais operárias possuem os meios efetivos de resistência. O quadro seria diferente nos países exportadores de matérias-primas – e esse tema deveria ser desenvolvido em seguida na teoria do excedente estrutural de mão de obra. Existiria, assim, no sistema capitalista uma tendência estrutural à concentração da renda em benefício dos países de organização social mais avançada.

A partir da convergência das ideias de Perroux e Prebisch, vou me permitir apresentar algumas reflexões sobre o perfil emergente da realidade econômica mundial em rápida transformação. Certo, sou o único responsável pelo exercício de globalização que tentarei fazer, mas não estaria em condição de realizá-lo se não tivesse sido discípulo desses dois mestres.

Começemos por assinalar o mais importante: os deslocamentos de conjunto que atualmente apresenta a economia mundial, independentemente de seu comportamento conjuntural. Desde o início dos anos 1980, tensões profundas

se manifestam nos países do Terceiro Mundo, em consequência das elevações abruptas das taxas de juros e da baixa dos preços das matérias-primas exportadas por esses países. O que é novo e mais grave é a drenagem intensa de capitais do mundo inteiro para os Estados Unidos. Com efeito, a tensão que afeta desde então a economia mundial decorre, antes de tudo, da inflação reprimida da economia americana. Essa inflação tem como causa primária o declínio prolongado da taxa de poupança privada, ao lado de uma política fiscal laxista e de um déficit intratável da conta corrente da balança de pagamentos.

Com efeito, a taxa de poupança da economia dos Estados Unidos é hoje 50% inferior ao nível que era o seu durante os três decênios que precederam o ano de 1980. Seu nível atual corresponde a um terço da média da taxa de poupança dos países da OCDE e a menos de um quarto daquela do Japão. Por conseguinte, os Estados Unidos deixaram de ser o maior credor e fornecedor de capitais do mundo para ser apenas o maior devedor.

Esse desequilíbrio da economia americana já dura mais de dez anos, o que explica a drenagem para esse país de mais da metade da poupança disponível para fins de investimentos internacionais. É provável que esse desequilíbrio se mantenha por alguns anos mais. A solução que se der a esse problema terá peso decisivo na futura configuração da estrutura do poder mundial. O declínio da hegemonia econômica dos Estados Unidos já inaugurou um período de recomposição das forças. Tal recomposição terá efeitos difíceis de prever, mas que serão importantes nas regiões do Terceiro Mundo mais diretamente submetidas à hegemonia americana.

Outra fonte de tensão a não perder de vista é o vasto processo de destruição-reconstrução das economias do Leste Europeu, que continuarão a depender consideravelmente dos financiamentos externos a longo prazo, sem por isso conseguir remunerar esses capitais de forma adequada. Esse fator contribui para manter elevadas as taxas de juros. Contrariamente ao que pensavam os observadores internacionais em um primeiro momento, esse processo será longo e poderá absorver todo o atual decênio. A reciclagem institucional será necessariamente difícil. Mas não se deve ignorar que os países do Leste dispõem de recursos humanos que os colocam em posição privilegiada para concorrer com os países do Terceiro Mundo na competição internacional. Uma vez superada a fase de reconstrução institucional, tudo leva a crer que nessa região da Europa se abrirá uma nova fronteira dinâmica da economia capitalista. Em todo caso, há um trabalho de reconstrução política a realizar que ultrapassa as capacidades dos mecanismos do mercado.

A construção da Comunidade Europeia é, sem dúvida, um processo irreversível, mesmo se os ambiciosos objetivos de Maastricht não forem alcançados. Se é verdade que esse processo reforça a concentração do poder econômico, deve-se igualmente considerar que cria um espaço para a ativação dos agentes que trabalham na esfera cultural no sentido mais amplo. O enfraquecimento dos instrumentos de política macroeconômica no plano nacional, consequência do processo de transnacionalização, exige uma ação compensatória nos campos ainda abertos à inventividade política. Não se deve desconhecer que o que se passa na Europa ocidental é a mais importante tentativa de superação do Estado-nação como instrumento de enquadramento político das sociedades que anseiam conciliar os ideais de liberdade e de bem-estar social, o que supõe, evidentemente, um nível de homogeneidade social que é próprio das economias avançadas. O desafio que se coloca aos povos da Europa é inventar um novo estilo de desenvolvimento menos fundado na acumulação e mais atento à descoberta das origens profundas da angústia humana.

Independentemente das mudanças de configuração da estrutura do poder político mundial, a redistribuição geográfica das atividades produtivas, engendrada pelo choque das novas técnicas de comunicação e de tratamento da informação, vai prosseguir, o que acarretará a intensificação do processo de concentração, em benefício dos países desenvolvidos, das atividades de criação, tanto as que aportam inovações como as que são simples instrumento de poder.

Por outro lado, tudo leva a crer que assistiremos igualmente à continuação do processo de conglomeração no plano internacional, graças em especial à crescente concentração do poder financeiro e aos acordos assinados do quadro do GATT [Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio] sobre a propriedade industrial e o controle da atividade intelectual, o que não deixará de aprofundar ainda mais o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Diante do avanço da internacionalização dos circuitos informáticos, financeiros e tecnológicos, os sistemas econômicos baseados no poder nacional continuarão a enfraquecer. As atividades estatais tenderão de preferência a se circunscrever aos campos sociais e culturais. Países como a Índia, a China e o Brasil, que se caracterizam por uma heterogeneidade cultural e/ou econômica aguda, se veriam, portanto, submetidos a pressões crescentes no sentido de sua desarticulação como sistemas econômicos integrados. A contrapartida da internacionalização desmedida é o afrouxamento dos laços de solidariedade histórica que ainda unem, para certas nacionalidades, populações marcadas por disparidades acentuadas de nível de vida. Portanto, o desafio maior será inventar novos marcos constitucionais compatíveis com a transnacionalização e capazes de garantir certas funções

que foram asseguradas pelo Estado nacional: o exercício do poder coercitivo para alcançar objetivos legítimos concertados por uma sociedade.

Por outro lado, a ação política internacional deverá facilitar ainda mais a abordagem dos problemas ligados ao equilíbrio ecológico, ao controle das drogas, à luta contra as doenças contagiosas, e, é claro, à erradicação da fome e à manutenção da paz.

A esfera econômica deverá, de seu lado, ficar sob a influência crescente dos conglomerados internacionalizados, e estes deverão balizar o espaço a ocupar pelas atividades de alcance local e/ou informais. A importância do setor informal definirá o grau de subdesenvolvimento ou o atraso relativo de cada região: sub-regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas estarão provavelmente emaranhadas como compartimentos de certos espaços políticos, o que contribuirá para fortalecer ainda mais as desigualdades sociais. O conceito de subdesenvolvimento, confundido com o de exclusão social, tenderá a perder sua conotação geográfica atual. O subdesenvolvimento será mais e mais visto como uma fase que pode ser superada, ao passo que a exclusão social é uma situação estrutural estável, engendrada pelo progresso tecnológico, que se apresenta tanto nas regiões ricas como nas pobres.

A estrutura internacional do poder evolui para tomar a forma de grandes blocos de nações-sedes de empresas transnacionais, dispondo estas de uma rica reserva de conhecimentos e de pessoal operacional competente. Ora, o intercâmbio internacional dos serviços, muito em especial o dos serviços financeiros e tecnológicos, cresce mais rapidamente que o intercâmbio dos bens tradicionais. Pela própria dinâmica do sistema, as forças que predominam são as que tendem a reproduzir e a agravar a clivagem atual entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo este universalizado em sua nova forma de exclusão social.

Em síntese, hoje como no passado, a lógica econômica não é complacente com os fracos. É por isso que não devemos perder de vista o pensamento convergente de Perroux e Prebisch, orientado para a ação e cimentado no compromisso com os ideais de liberdade e de solidariedade social. Com efeito, é pela vontade política que o homem é capaz de superar essa lógica perversa e construir sua história. O que é novo em nossos dias é a evidência da universalidade da história, da interdependência de todos os povos. Posto que pode destruir o planeta, o homem contemporâneo não tem salvação fora de uma crescente solidariedade ecumênica. Os fundamentos dessa solidariedade, dizia-nos François Perroux, devem ser inteligíveis para todos, capazes de ser comunicados racionalmente, na linha de um pensamento que nos liga à grande tradição humanista europeia.

§